

ANOTAÇÕES SOBRE O PROBLEMA DA IMAGINAÇÃO NA
FILOSOFIA DE IMMANUEL KANT

NOTES ABOUT THE PROBLEM OF IMAGINATION IN IMMANUEL
KANT'S PHILOSOPHY

*Flávio Carvalho**

Recebido em: 02/2018
Aprovado em: 03/2018

Resumo: Neste artigo nos ocupamos com o problema da imaginação a partir de textos selecionados de Immanuel Kant. Trata-se de uma análise comparada entre dois ensaios pré-críticos e as duas primeiras edições da *Crítica da Razão Pura* publicadas pelo filósofo. Desenvolvemos uma problematização acerca das diferentes abordagens e compreensões sobre a imaginação e sua atividades nos textos mencionados, fazendo um confronto com dois filósofos (Cornelius Castoriadis e Roger Verneaux). Discutimos também acerca da postura e da atitude filosóficas observadas nos trabalhos de Kant, as quais reverberam o próprio itinerário da história da Filosofia no ocidente. Mediante esta discussão, construímos um diagrama compreensivo acerca do problema da imaginação que nega a dicotomia em vista de admitir a duplicidade constitutiva da imaginação, e reconhece também a atividade imaginativa nos âmbitos da elaboração do conhecimento, da vivência estética e da política.

Palavras-chave: imaginação; criação; imagem; Kant; Castoriadis.

Abstract: In this article we deal with the problem of imagination from Immanuel Kant's selected texts. This is a comparative analysis between two pre-critical essays and the two first editions of the Critique of Pure Reason which were published by the philosopher. We discussed the different approaches and comprehensions about the concept of imagination and its activities in the texts above, by making a debate with two philosophers (Cornelius Castoriadis and Roger Verneaux). We also discussed about the philosophical stance and attitude that they are observed in Kant's works, which are in according to the history of Philosophy in the West. Through this discussion, we elaborated a comprehensive diagram about the problem of the imagination that it denies some dichotomy in order to admit the constitutive duplicity of the imagination and it also recognizes the imaginative activity in the scopes of knowledge, aesthetic and politics

Keyword: imagination; creation; image; Kant; Castoriadis.

* Professor do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na qual desenvolve investigações sobre a filosofia francesa contemporânea e sobre o ensino de Filosofia. email: flavio.carvalho@ufcg.edu.br

À guisa de considerações iniciais

O problema da imaginação ocupa na história da Filosofia do ocidente um lugar peculiar, na medida em que foram feitas diversas abordagens sobre a faculdade de imaginar, as quais redundaram em diversas compreensões sobre sua constituição e atividade. No presente artigo, recortamos um dos momentos mais importantes nesta história da Filosofia da imaginação, que diz respeito à problematização e à conceituação elaboradas pelo filósofo Immanuel Kant, cuja obra filosófica monumental legou, igualmente, uma contribuição importante para a problematização da atividade imaginativa na constituição do conhecimento humano.

Iniciaremos nossa discussão, indicando brevemente as obras de Kant que mencionam a atividade da imaginação, das quais destacamos a *Crítica da Razão Pura*, acerca da qual apresentaremos uma sucinta exposição da estrutura da obra, seus problemas e partes principais em vista de situar no seu *corpus* o problema que nos ocupa neste artigo, a faculdade de imaginar. Em seguida, nos ocuparemos de modo mais específico com a *Crítica da Razão Pura*, ou melhor, com as duas primeiras edições desta obra, posto que nelas identificamos dois movimentos diferentes realizados pelo filósofo, duas abordagens e suas respectivas conceituações acerca da faculdade de imaginar, que manifestam em certa medida a dimensão da dificuldade filosófica enfrentada por Kant, que manifesta em certa medida a dimensão do problema de filosofar sobre a imaginação.

A inquietação filosófica oportunizada pelos estudos do texto crítica contribuiu com a aparição de outro interesse, e assim, dirigimos nossa atenção para a chamada fase pré-crítica da filosofia kantiana, na qual encontramos dois textos do ano de 1764 (*Observações sobre o sentimento do belo e do sublime* e o *Ensaio sobre as doenças mentais*). Nesses textos encontramos Kant mantendo com a imaginação uma relação diferente da que verificamos nos textos das *Críticas*. Nos ensaios citados, o entendimento aparece (quicá não aparece) menos intenso, não tem primazia sobre a imaginação, não limita, ao contrário sofre interferência da atividade imaginativa, e sobretudo não pode oferecer os subsídios necessários para lidar com os elementos sublimes da existência humana. Após o estudo dos dois textos pré-críticos de 1764, conseguimos reiterar que a concepção de Kant com relação a imaginação passou por transformações importantes até os escritos críticos.

Após a análise comparativa entre os textos kantianos, tendo procedido com a colocação de problemas a partir da nossa leitura e do confronto com a leitura de Roger e

Verneaux e de Cornelius Castoriadis, nos ocupamos com a construção de um diagrama compreensivo acerca do problema da imaginação em Kant, o qual nos possibilitou admitir a duplicidade constitutiva da atividade imaginativa e, principalmente, reconhecer os âmbitos sobre os quais imaginamos como seres criadores.

A imaginação como problema filosófico nas obras de Kant

Na obra filosófica de Kant, a discussão quanto a Imaginação não se limita a aparição em uma obra isolada. Conforme o interesse de nossa investigação, trataremos da compreensão kantiana acerca da imaginação a partir da seleção dos opúsculos *As Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*¹ e o *Ensaio sobre as Doenças Mentais*² (1764); e de modo específico nos ocuparemos com a *Crítica da Razão Pura*³, tanto em sua 1ª edição (1781) como na segunda (1787). Cumpre-nos mencionar que poderia ser tratado também o texto *Crítica da Faculdade de Julgar*⁴ (1790), com o qual não nos ocuparemos neste artigo.

Na *Crítica da Razão Pura* (doravante KRV) ao tratar da Lógica Transcendental na discussão da Doutrina Transcendental dos Elementos, Kant definirá duas partes concernentes à constituição da lógica, isto é, a Analítica dos Conceitos e a Analítica dos Princípios. É nesta última que se concentra o foco da nossa discussão, posto que Kant inserirá a sua compreensão quanto a faculdade da Imaginação na exposição da atividade do Esquematismo Transcendental.

A KRV se propõe a discutir as condições de possibilidade de todo conhecimento humano. Na Doutrina dos Elementos, Kant coloca os dois movimentos (faculdades) fundamentais para a efetivação deste conhecimento: a Sensibilidade – exposta na Estética Transcendental – que ele dirá ser “*uma ciência de todos os princípios da sensibilidade a priori*”⁵; e a segunda faculdade, o Entendimento, cuja compreensão será tratada na Lógica Transcendental, que discutirá a atividade do Entendimento sobre o material da intuição.

A discussão sobre a Lógica Transcendental compreende uma parte “*que expõe os elementos do conhecimento puro do entendimento e os princípios sem os quais um objeto de*

¹ Beobachtungen über das Gefühl des Schönen und Erhabenen.

² Versuch über die Krankheiten des Kopfes.

³ Kritik der reinen Vernunft

⁴ Kritik der Urteilskraft.

⁵ KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 40.

maneira alguma pode ser pensado, é a Analítica Transcendental”⁶, e uma outra parte tratará das ilusões transcendentais criadas pela elaboração do raciocínio lógico humano.

Não obstante a importância de cada uma das seções mencionadas, nossas atenções se centrarão na segunda parte da Analítica Transcendental, isto é, na Analítica dos Princípios, a qual constitui “*um cânone para a capacidade de julgar*”⁷, ou seja, de como se aplicam os conceitos do entendimento aos fenômenos.

A palavra-chave para a nossa investigação é “julgar”, ou dito de outra forma, “faculdade de julgar”, cuja definição corresponde “*a faculdade de subsumir sob regras*”⁸, isto é, o processo de apreensão de um objeto da intuição que é particularizado sob um conceito, como dirá Kant, “*um objeto contido sob um conceito*”⁹.

Inicialmente, tratemos do primeiro capítulo da Doutrina Transcendental da Capacidade de Julgar, no qual é feita a discussão quanto ao Esquematismo dos Conceitos Puros do Entendimento. A questão que se põe é de como sair do problema que permeia esta discussão, isto é, *como se processará a subsunção das intuições aos conceitos, uma vez que conceitos e intuições são heterogêneos?* Ou dito de outra forma, *como é possível e como se executa a aplicação das categorias aos fenômenos, na pergunta clássica kantiana: como conceitos puros do entendimento podem ser aplicados a fenômenos em geral?*

Via Esquematismo Transcendental, se processará a homogeneização desta heterogeneidade das intuições e dos conceitos puros do entendimento (fenômenos e categorias). Esta representação mediadora deve ser pura (não apresentar nada de empírico), entretanto, ao mesmo tempo ela é intelectual e sensível. A esta representação Kant chama Esquema Transcendental.

Outro elemento importante neste processo é a participação constitutiva do tempo. Diz Kant que “*o conceito é a unidade sintética pura do múltiplo em geral*”¹⁰ e o tempo é constitutivo de toda representação empírica do mundo. A determinação transcendental do tempo media a subsunção dos fenômenos às categorias, portanto, o tempo é da mesma forma das categorias e da natureza dos fenômenos. Em suma, afirma Kant: “*Queremos denominar esta condição formal e pura da sensibilidade, à qual o conceito do entendimento, e o procedimento do entendimento com estes esquemas, esquematismo do entendimento puro*”¹¹.

⁶ *Op. cit.*, p. 62.

⁷ *Op. cit.*, p. 101.

⁸ *Op. cit.*, p. 102.

⁹ *Op. cit.*, p. 103.

¹⁰ *Op. cit.*, p. 104.

¹¹ *Op. cit.*, p. 105.

Após estas sucintas observações sobre a Analítica dos Princípios e o Esquematismo Transcendental; e agora, compreendendo em que ponto da KRV se localiza a nossa discussão, abordemos o problema central da nossa discussão: a compreensão do que é a imaginação para Kant.

A primeira aparição do termo “imaginação” no texto sobre o Esquematismo se dá na seguinte frase: “*O esquema é em si mesmo sempre só um produto da capacidade de imaginação*”¹². A imaginação é, com efeito, a capacidade de proporcionar a um conceito sua imagem, isto é, o esquema deste conceito é uma atividade concernente à faculdade da imaginação. Imagem não indica, aqui, representação pictórica, mas esquema transcendental: “*A nossos conceitos sensíveis puros não subjazem imagens dos objetos, mas esquemas.*”¹³.

Ora, o esquema por sua vez só pode existir no pensamento e significa uma regra de síntese da capacidade de imaginação, com vistas a figuras puras no espaço. A imaginação é, portanto, uma regra da determinação de nossa intuição consoante um conceito universal dado. Dizendo de outro modo, o conceito “X” significa uma regra segundo a qual minha capacidade de imaginação pode traçar universalmente uma figura de um “X”, sem, contudo, ficar restringido a uma figura “X”, que se pode me apresentar na experiência.

A fim de elucidar ainda mais a diferença entre Imagem e Esquema, vejamos o que Kant mesmo escreve acerca desta distinção¹⁴:

Imagem é o resultado da faculdade empírica da capacidade produtiva da imaginação, ou seja, a imaginação intermedia sensibilidade e entendimento, produzindo os quadros, as determinações das categorias as quais os fenômenos devem ser enquadrados.

Esquema é um produto da capacidade pura a priori da imaginação, pelo qual e segundo o qual as imagens são possíveis, sempre conectadas ao conceito pelo esquema. É uma regra para a formação de imagens.

Diante do exposto quanto aos elementos constitutivos da faculdade da Imaginação, podemos propor a problemática motivadora de nossa discussão: *entre a primeira e a segunda edição da KRV há uma diferença importante na compreensão da imaginação e de sua atividade no processo do conhecimento.*

¹² *Op. cit.*, p. 105.

¹³ *Op. cit.*, p. 105.

¹⁴ *Cf. op. cit.*, p. 105.

Segundo Martin Heidegger¹⁵, Roger Verneaux e Cornelius Castoriadis, trata-se de uma diferença fundamental. Em cada uma das duas edições o papel que implicará à faculdade da imaginação será bastante distinto.

Embora citado, não trataremos da afirmação de Heidegger. Nossa base de discussão se vincula à problematização elaborada por Castoriadis, publicada no seu artigo “*Imaginário, Imaginação e Reflexão*”, no qual o autor assevera que, entre a primeira e a segunda edição da KRV, houve um retroceder do pensamento kantiano com relação à faculdade imaginativa, ou seja, que em 1781, “*Kant redescobre a imaginação*” e, em 1787, “*há uma drástica diminuição de seu papel*”¹⁶. Empreenderemos, desta forma, uma discussão no presente artigo a fim de esclarecermos a afirmação castoriadiana. Para tanto, além do artigo do Castoriadis, um outro autor nos conduzirá na análise dos textos de ambas edições: se trata de Roger Verneaux em sua obra *Le Vocabulaire de Kant: les pouvoirs de l'esprit*.

O problema da imaginação nas duas edições da Crítica da Razão Pura.

Uma das grandes dificuldades de se entender o pensamento de Kant diz respeito à questão de qual seja a sua compreensão acerca da imaginação.

Como é sabido, Kant escreve e publica duas edições da KRV. No texto da primeira, a imaginação aparece como tendo um papel fundamental na constituição das possibilidades de todo conhecimento humano. Ela é posta no mesmo grau de importância, quiçá mais importante, que a sensibilidade e o entendimento, uma vez que é a responsável pela síntese entre as atividades destas outras duas faculdades. No texto da segunda edição, a função da imaginação será colocada em movimento de submissão ao entendimento, e, em seguida, admitida como uma atividade sobre o diverso da sensibilidade. O que resulta a nós numa dificuldade de entender, quase uma questão “esquizofrênica”, posto que a imaginação é colocada como participando da sensibilidade, apesar do caráter ativo – enquanto que lhe seria próprio ter caráter passivo, que é próprio da função da sensibilidade.

Um fato que vem somar-se às nossas dificuldades diz respeito ao fato que não temos textos específicos de Kant sobre a imaginação, nos quais sejam tratadas com suficiente clareza os elementos e as atividades a ela concernentes. Kant mostra-se impreciso, por vezes

¹⁵ *Kant und das Problem der Metaphysic*.

¹⁶ Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *Encruzilhadas do Labirinto V*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 243.

não desenvolve suas afirmações em medida larga, deixando inconclusas certas questões. Diz Roger¹⁷:

A imaginação é sem dúvida a faculdade mais mal tratada por Kant, ao ponto que se pode mesmo dizer maltratada. A única coisa clara é que ela é intermediária entre a sensibilidade e o entendimento. Mas esta situação tem por consequência que, conforme as ocasiões e as necessidades, ela é incorporada à sensibilidade, ou ao entendimento...

Disto resulta que algumas afirmações ou comentários feitos por estudiosos posteriores provêm de inferências, deduções, a partir de dados colhidos esparsamente ao longo da obra e do todo do pensamento kantiano, e não de uma parte distinta do corpo teórico kantiano. Será na KRV que encontraremos os maiores e melhores subsídios, por meio da qual identificamos que a imaginação goza de uma função, de uma atividade, até mesmo possui um *status* diferente ante as outras faculdades.

Na primeira edição, Kant a coloca como sendo uma *faculdade de síntese* entre o diverso da sensibilidade e a unidade da síntese da apercepção transcendental. Tem sua posição bem definida, assim, não se dão tantos problemas em sua compreensão, nem nos aparecem aporias. Ao passo que na segunda edição, o estatuto da imaginação será ligado a uma faculdade da intuição, à sensibilidade. Então, surgirá a dificuldade de compreensão, a qual não será Kant, mas os seus intérpretes, que tentarão resolver: a imaginação pertence à sensibilidade, portanto, ela é passiva. Mas, ao mesmo tempo ela é capaz de operar uma síntese a priori, portanto, ela é ativa:

A síntese figurada, porém, quando se refere apenas à unidade sintética originária da apercepção, ou seja, a esta unidade transcendental que é pensada nas categorias, deverá chamar-se *síntese da imaginação transcendental*, para a distinguir da ligação simplesmente intelectual. A *imaginação* é a faculdade de representar um objeto, mesmo *sem a presença deste na intuição*. Mas visto que toda a nossa intuição é sensível, a imaginação pertence à *sensibilidade*, porque a condição subjetiva é a única pela qual pode ser dada aos conceitos do entendimento uma intuição correspondente; na medida, porém, em que a sua síntese é m exercício da espontaneidade, que é determinante, e não apenas, como o sentido, determinável, pode determinar *a priori* o sentido, quanto à forma, de acordo com a unidade da apercepção; é portanto uma faculdade de determinar a priori a sensibilidade; e a sua síntese das intuições, *de conformidade com as*

¹⁷ “ *L’imagination est sans doute la faculté la plus mal traitée par Kant, au point qu’on peut même la dire maltraitée. La seule chose claire est qu’elle est intermédiaire entre la sensibilité et l’entendement. Mais cette situation a pour conséquence que, selon les occasions et les besoins, elle est incorporée à la sensibilité, ou à l’entendement,...* ” (VERNEAUX, Roger. *Le Vocabulaire de Kant: les pouvoirs de l’esprit*. Paris : Aubier Montaigne, 1973, p. 109). As traduções das citações dos textos de Roger Verneaux são do autor do artigo.

categorias, tem de ser a síntese transcendental da *imaginação*, que é um efeito do entendimento sobre a sensibilidade e que é a primeira aplicação do entendimento (e simultaneamente o fundamento de todas as restantes) a objectos [sic] da intuição possível para nós. Sendo figurada é distinta da síntese intelectual, que se realiza simplesmente pelo entendimento, sem o auxílio da imaginação (B151-152).¹⁸.

Apresentaremos, destarte, a discussão elaborada por Roger Verneaux, com a qual colimamos nossa explicação das diferenças fundamentais entre a compreensão kantiana de imaginação nas duas edições da KRV.

A imaginação na 1ª edição da KRV: uma faculdade de síntese

A compreensão de síntese para Kant esboça-se nos seguintes parágrafos:

Entendo pois por *síntese*, na acepção mais geral da palavra, o acto [sic] de juntar, umas às outras, diversas representações e conceber a sua diversidade num conhecimento” (A 77); e mais adiante reafirma: “Entendo, porém, por esta síntese [pura], a que assenta sobre um fundamento da unidade sintética *a priori*.” (A 78)¹⁹.

Neste sentido, síntese é a ação de percorrer (examinar) o diverso, reunir, ligar, ajuntar os elementos uns aos outros, etc., sempre com a meta de união. Esta união é dada para que se constitua outro elemento, que na discussão presente na KRV se trata do conhecimento humano. Então, será da união do diverso da sensibilidade e a categorização do entendimento, pela faculdade da imaginação que se processará o conhecimento.

Kant então afirma que ²⁰:

A síntese em geral é, como veremos mais adiante, um simples efeito da imaginação, função cega, embora imprescindível, da alma, sem a qual nunca teríamos conhecimento algum, mas da qual muito raramente temos consciência. (A 78)

Conforme o desenvolvimento da tese kantiana, à sinopse do material diverso da sensibilidade segue-se a síntese pela imaginação, que subsumirá ao conceito que lhe dará a unidade; sendo esta a função da apercepção transcendental. Disto decorre a afirmação de

¹⁸ KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. *Op. cit.*, p. 151.

¹⁹ *Op. cit.*, p. 109.

²⁰ *Op. cit.*, p. 109.

Roger Verneaux de que a imaginação tem participação intelectual (enquanto sintetiza) e sensível enquanto trabalha com o diverso do sensível. A tarefa de unidade da síntese não é aqui aplicada ao entendimento. Kant, neste momento, trabalha com os pares sinopse – sensibilidade, síntese – imaginação, unidade-apercepção. Descrevendo de modo sumário este processo: “Assim os sentidos doam o diverso, a apercepção a unidade, e a imaginação faz a síntese introduzindo a unidade (intelectual) no diverso (sensível)”²¹.

Ora, mas esta síntese imaginativa comporta várias modalidades, o que resultará nas diversas formas de imaginação. Kant enumerará três formas imaginativas, chamando-as: a) síntese da apreensão na intuição; b) síntese da reprodução na imagem; c) síntese da reconhecimento no conceito.

Mas a afirmação de que as três sínteses são obra da imaginação torna-se incerta, devido à outra parte do mesmo texto em que ele diz:

Os sentidos representam empiricamente os fenómenos [sic] na *percepção*; a *imaginação*, na associação (e na reprodução); a *apercepção*, na *consciência empírica* da identidade dessas representações reprodutivas com os fenómenos [sic], mediante os quais eram dadas, portanto, na *reconhecimento*. (A 115)²².

A partir destes parágrafos, construímos a seguinte leitura: estas sínteses não fariam menção ao *lugar* onde são feitas as sínteses, seus resultados, a saber, *intuição*, *imagem* e *conceito*, mas ao seu *fator*. Pois, nos três casos o fator seria a imaginação. A questão a admitir é que as três sínteses são produzidas pela imaginação, e que o princípio de toda síntese é a apercepção transcendental. Parece, então, que a apercepção é mais originária que a imaginação. Ou seria co-autora? Não trataremos este questionamento que se levanta, no momento, somente o suscitamos para mostrar a quantidade de problemáticas que esta discussão pode comportar.

Estas três sínteses reuniriam, portanto, o material diverso e disperso através da função da memória. Entretanto, na KRV não se fala em memória, fala-se em “*retenção* (apreensão), *reprodução e reconhecimento*”²³ (reconhecimento) das lembranças. Tratemos, pois, com base nestas informações preliminares, destas três sínteses:

²¹ “Ainsi les sens donnent le divers, l’aperception l’unité, et l’imagination fait la synthese en introduisant l’unité (intellectuelle) dans le divers (sensible) (VERNEAUX, Roger. *op. cit.*, p. 112).

²² KANT, Immanuel, *op. cit.*, p. 157.

²³ *rétenction, reproduction e reconnaissance* (VERNEAUX, Roger. *op. cit.*, p. 115).

Síntese da apreensão da intuição: Falamos aqui de intuição, que contém o diverso numa representação, lançando mão de uma com-preensão – não se entenda este termo como ato intelectual –, como a experiência da retenção do passado no instante presente. Deste modo, primeiro a imaginação acolheria as impressões; em seguida reteria este diverso: “A imaginação deve, com efeito, reduzir a uma imagem o diverso da intuição; portanto, deve receber previamente as impressões na sua actividade [sic], isto é, apreendê-las.” (A120) ²⁴. Esta síntese da apreensão acontece tanto a posteriori quanto a priori, conforme podemos verificar quando Kant diz: “Há, pois, em nós uma faculdade activa [sic] da síntese deste diverso, que chamamos imaginação, e a sua acção [sic], que se exerce imediatamente nas percepções, designo por *apreensão*” (A 120) ²⁵.

Síntese da reprodução na imagem: Esta acontece como complemento da síntese da apreensão. “Kant integra simplesmente a seu sistema a associação das ideias tal qual a encontramos em Hume” ²⁶, diz Roger. Mas esta associação (empírica) só acontece porque há uma síntese transcendental. Se não fosse assim, mesmo as representações mais fundamentais não poderiam se produzir. A síntese reprodutiva da imaginação pertence aos atos transcendentais do espírito. Inferimos, pois, que o resultado desta síntese é um quadro, um esquema, ou monograma da imaginação pura a priori. Este processo de associação se dá porque a imaginação produz uma *affinité du divers*, haverá uma afinidade dos objetos, porque há uma afinidade dada pelo sujeito. Tudo isto porque, segundo Roger, anteriormente à produção da imagem, a imaginação transcendental funda a possibilidade de constituir imagens²⁷.

Síntese da reconhecimento no conceito: É difícil de ser integrada à teoria da imaginação, não pelo seu resultado, isto é, o conceito. Antes, a dificuldade reside no fato de que Kant não usa uma vez sequer o termo imaginação neste parágrafo. Tudo se direciona à identidade da consciência. A reconhecimento é aquilo que une o que nós pensamos agora com o que foi apreendido antes. É o conceito, pois, a consciência desta unidade da síntese. Kant afirma: Toda necessidade tem sempre por fundamento uma condição transcendental. (A 106) ²⁸. Este

²⁴ KANT, Immanuel. *op. cit.*, p. 162.

²⁵ *Op. cit.*, p. 162.

²⁶ “Kant intègre simplement à son système l’association des idées telle qu’il l’a trouvée chez Hume.” (VERNEAUX, Roger. *Op. cit.*, p. 117.).

²⁷ *Op. cit.*, p. 121.

²⁸ *Op. cit.*, p. 146.

fundamento é a apercepção transcendental. Devido ao fato que eu sou dotado da apercepção transcendental eu posso dizer sobre os objetos, apreendê-los empiricamente (perceber), fazer a síntese.

Qual seria, então, a função da imaginação neste processo? Kant nada afirma. A função da imaginação é real, mas apagada pela atividade da consciência pura que dá a unidade à síntese; aqui se passa do plano sensível para o intelectual, posto que se está trabalhando com duas representações.

Podemos, portanto, dizer que a imaginação está no esquema geral das funções do conhecimento por que: i) ela é uma faculdade de síntese a priori, tornando possíveis todos os outros processos que vimos, inclusive, a experiência; ii) ela liga a sensibilidade e o entendimento; iii) ela é sensível nela mesma, mas é intelectualizada por conta da sua relação com a apercepção.

Tendo em vista as questões suscitadas, as quais estão associadas às discussões suscitadas por Roger Verneaux quanto à primeira edição da KRV, avançamos em direção da análise da segunda edição, na qual veremos o retrocesso – segundo Castoriadis – da atividade da imaginação na constituição das possibilidades de conhecimento do homem.

A imaginação na 2ª edição da KRV: uma faculdade de intuição

Serão duas as mudanças que a teoria da imaginação sofrerá nesta segunda escrita: i) tudo que se refere à síntese diz respeito à faculdade do entendimento; ii) a imaginação pertence ao plano sensível, logo se trata de uma faculdade de intuição.

Não obstante esta distribuição e distinção funcional, Kant não exclui a síntese como produção da imaginação. Antes, ele distingue dois tipos de síntese: uma se chamará *síntese intelectual* (aquela que trabalha com categorias, sobre intuições sensíveis, ou não); e a outra será a *síntese figurada* ou *especiosa* (aquela que trabalha no tempo, sobre o diverso *a priori* fornecido pela intuição sensível interna pura. Ela traça o quadro no qual se inserirão os dados empíricos). Ambas, inclusive, pertencem ao plano transcendental: “Ambas são transcendentais, não apenas porque elas mesmas precedem a priori, mas também porque fundam a priori a possibilidade de outro conhecimento” (B 151) ²⁹.

²⁹ KANT, Immanuel. *Op. cit.*, p. 92.

Assim, a imaginação é reconhecida como a faculdade de se representar na intuição um objeto mesmo em sua ausência. Se toda nossa intuição é sensível, a imaginação será uma faculdade sensível, porém será diferente dos sentidos, visto que intuirá mesmo na ausência do objeto. Desta forma, volta-se à aporia do final da discussão passada, isto é, como a imaginação pode estar ligada à *sensibilidade* se tem como característica constitutiva sua *atividade*? Afirma Kant: “[...] a capacidade da imaginação é nesta medida uma faculdade de determinar a priori a sensibilidade, e a sua síntese das intuições, *conforme às categorias*, tem que ser a síntese transcendental da capacidade da imaginação;”(B 152)³⁰. Essa síntese constitui simultaneamente aplicação e princípio da intuição.

Mas a dificuldade cresce à medida que Kant constata que o ato transcendental da imaginação – influência sintética do entendimento sobre a sensibilidade – é síntese figurada

[...], o sentido interno contém a mera *forma* da intuição, mas sem ligação do múltiplo na mesma, por conseguinte não contém ainda nenhuma intuição *determinada*, a qual só é possível mediante a consciência da determinação do sentido interno pela ação transcendental da capacidade da imaginação (influência sintética do entendimento sobre o sentido interno), ação que denominei síntese figurada.³¹.

Ora, mas desde a 1ª KRV que era assim. O entendimento doa a unidade que é operada pela imaginação; e ainda mais, se a síntese da imaginação é intelectual deriva do entendimento. Finalmente, toma-se a imaginação como a atividade relacional do entendimento com a sensibilidade. A imaginação da dedução transcendental é pura. Tem duas características: a mais forte é o *caráter a priori* do que ela religa; a mais fraca, sua *espontaneidade*. Ela é uma representação sensível a priori.

Cumprir mencionar que, mesmo quando se trata da ação da imaginação no que diz respeito à faculdade de julgar, ela não estará desatrelada do julgo do entendimento. Kant dirá que a imaginação não é reprodutiva porque ela é livre, logo ela é produtiva. Mas isto não significa dizer que ela seja autônoma, pois só quem pode dar leis à atividade do conhecimento é o entendimento. A liberdade da imaginação é livre porque ela é subjetiva, não está ligada às leis de associação uma vez que ela é produtiva; não está ligada às leis de mediação do entendimento porque ela não concorre para o conhecimento; não tem leis próprias porque todas as leis são dadas pelo entendimento. Enfim, sua liberdade está no fato de que ela não está limitada ao mundo real.

³⁰ *Op. cit.*, p. 93.

³¹ *Op. cit.*, p. 94.

A atividade da imaginação que se processa está sob a influência do entendimento. O julgamento de gosto, igualmente, está fundado por uma parte sobre o jogo da imaginação, está submetido às leis do entendimento, portanto. Não obstante esta condição, a liberdade da imaginação não sofre anulação, pois como explica Verneaux: “A imaginação criativa, no domínio estético, é livre no sentido de que suas representações não são subsumidas sob os conceitos puros do entendimento, dizendo de outra forma, elas não são objetivas.”³²

Diante do itinerário exposto, reconhecendo certas variações aplicadas à compreensão da imaginação e à sua atividade, destarte, discutiremos algumas consequências decorrentes destas variações. Durante esta discussão, estaremos acostados às problematizações ensejadas pelos questionamentos dirigidos a Kant pelo filósofo Cornelius Castoriadis, de modo específico, sua crítica à “drástica diminuição” das funções da imaginação que se pode verificar entre as duas edições da KRV. A ênfase de sua crítica vai ao encontro do entendimento de Verneaux, problematizando a mudança na concepção de imaginação entre a primeira e a segunda edição da *Crítica da Razão Pura*.

Da criação à reprodução: a imaginação entre duas *Crítica da Razão Pura*

Em conformidade com o filósofo e psicanalista grego, naturalizado francês, Cornelius Castoriadis “*Imaginação radical, imaginário social instituinte: significações centrais para a reflexão, a partir das quais o conjunto da filosofia pode e deve ser reconstruído.*”³³. Uma das principais ocupações verificadas na obra intelectual deste filósofo diz respeito à constituição e à funcionalidade da imaginação entendida como faculdade criativa. Para Castoriadis, a imaginação goza de um status de destaque na discussão ontológica e também epistemológica. As implicações da atividade imaginativa assumem contornos intensos em seu pensamento, compreendendo que: a produção da imaginação é constitutiva da atividade de reflexão; ela é condição *sine qua non* para toda a efetividade da existência social-histórica; ela é necessária para que se possa assumir-se como ser social-histórico, seja enquanto ser cognoscente seja como ser político autônomo.

³² “*L’imagination créatrice, dans le domaine esthétique, est libre en ce sens que ses représentations ne sont pas subsumées sous les concepts purs de l’entendement, autrement dit qu’elles ne sont pas objectives*” (VERNEAUX, Roger. *Op. cit.*, p. 131.).

³³ CASTORIADIS, Cornelius. *Op. cit.*, p. 241.

Convém destacar que a crítica de Castoriadis problematiza o fato que, mesmo sendo constitutiva do ser, a imaginação e o imaginário social-instituinte nunca ocuparam o seu lugar devido na reflexão filosófica, isto é, uma posição fulcral na discussão da constituição das subjetividades. Esta ausência, ou mesmo má abordagem, se deve à postura heterônoma que se instituem nas sociedades humanas, ou seja, a instituição de um modo de ser (sujeito, cidadão) que se compreende como incapaz de modificar seja o modo de pensamento (seu e de outrem) seja a existência social-histórica (sua e de outrem).

Castoriadis acusa a tradição filosófica de ter se omitido a discutir a imaginação (radical), tendo se detido apenas à imaginação segunda, costumeiramente, relegada ao plano do fictício, do oposto ao real, inferior em validade. Vale a pena transcrever sua observação quanto aqueles pensadores, que tocaram mais próximo do ponto central da discussão, que, entretanto, não atingiram o âmago da compreensão da imaginação:

A história da imaginação da psique ainda está por ser feita. Não é este o lugar de tentar empreendê-la. Ela começa realmente com Aristóteles, o tratado *De anima*, sua descoberta das duas imaginações e suas vacilações. Ela prossegue com os estóicos e Damascius, e conhece um longo desenvolvimento na Grã-Bretanha, de Hobbes a Coleridge. Culmina com a redescoberta da imaginação, por Kant, na primeira edição da *Crítica da Razão Pura* e a drástica diminuição de seu papel na segunda edição, sua considerável restauração por parte de Fichte, sua redução, inacreditável, a uma variante da memória pelo Hegel maduro, a redescoberta da descoberta kantiana e de seu subsequente abandono por Heidegger, no *Kantbuch* de 1927, o total silêncio do mesmo Heidegger acerca do assunto, em seguida, as hesitações de Merleau-Ponty em *Le Visible et l'Invisible*, relativas ao estatuto do “real” e do “imaginário”; sem falar de Freud – (...) – que consegue o feito de falar através de toda sua obra do que a imaginação verdadeiramente é, sem pronunciar uma só vez a palavra.³⁴

Antes de prosseguirmos com a exposição da crítica de Castoriadis a Kant, à guisa de explicação conceitual preliminar (sucinta), cumpre-nos indicar a compreensão daquele filósofo sobre o conceito de “imaginação”, de “imaginário” e de “radical”³⁵, uma vez que serão utilizados abundantemente no decorrer de nossa discussão. Assim: i) o uso do termo *Imaginação* nos remete as suas duas acepções: a primeira que se reporta à *imagem*, à *forma*, e a segunda que se refere à *invenção*, à *criação*; ii) utilizando o vocábulo *Radical* (imaginação radical) fazemos referência ao oposto de “imaginação segunda”, esta que é apenas reprodutiva e/ou combinatória. A sua utilização também conota a originariedade deste imaginário radical

³⁴ *Op. cit.*, p. 143.

³⁵ *Op. cit.*, p. 242.

e do imaginário social instituinte em relação à realidade social-histórica. Por fim, também o utilizamos em distinção ao fictício; iii) a palavra *imaginário* não é um adjetivo, ela se refere à substância, é substantivo; o imaginário não cria necessariamente imagens, mas formas (significações e instituições).

Tendo apresentado as considerações acima, destacamos que para Castoriadis quando Kant entende que a imaginação pertence à sensibilidade, se processa uma inversão, uma vez que a sensibilidade é que pertence a imaginação. Acerca da qual cumpre-nos enfatizar o caráter insatisfatório desta observação, uma vez que o sentido de “pertença” da imaginação à sensibilidade diz respeito a uma pertença *a priori*, na qual a imaginação não é vista como um produto da sensibilidade, mas como uma condição de possibilidade do conhecimento, se trata de elemento transcendental.

Ainda segundo Castoriadis, a imaginação é deixada de lado na oposição “receptividade das impressões” (sensibilidade) e “espontaneidade dos conceitos” (entendimento). Esta afirmação é passível de discordância, uma vez que nos parágrafos 151-152, Kant trabalhará com esta tríade (entendimento, sensibilidade e imaginação) diuturnamente. Vale lembrar que Kant explica que “[...], a capacidade da imaginação é nesta medida uma faculdade de determinar *a priori* a sensibilidade, e a sua síntese das intuições, conforme às categorias, tem que ser a síntese transcendental da capacidade da imaginação;” (B 152) ³⁶.

Não obstante estas ponderações questionáveis em sua validade e força conceitual (qual pensador não as possui?), acompanhamos a problematização de Castoriadis quando ele diz que se a imaginação pertence à sensibilidade, como ela poderá ser determinante (ativa) e não passiva. Lembremos que a constituição da sensibilidade é ser passiva, crítica que Roger Verneaux compartilha, como vimos acima.

Castoriadis não apenas nega este caráter “passivo” da atividade imaginativa, como também desloca a compreensão desta atividade para o âmbito, para o nível e para o impacto pertinente ao entendimento. Ele afirma: “*Jamais tratamos com “impressões”. Tratamos com percepções, classes de representações, com uma unidade sui generis, com uma formidável organização*” ³⁷. Para Castoriadis, nós não recebemos impressões, nós temos (construímos) percepções, que não se restringem ao mero sensorial. Até mesmo este sensorial só se efetiva por causa da imaginação radical, na medida em que na natureza física não há cores, odores,

³⁶ KANT, Immanuel. *Op. cit.*, p. 93.

³⁷ *Op. cit.*, p. 251.

sons, mas ondas eletromagnéticas, vibrações do ar, etc. A imaginação dá uma forma específica a algo que em si não tem essa forma.

A postura filosófica de Castoriadis é bastante nítida, reconhecendo que se deve à imaginação radical a possibilidade de todo ser para-si *criar para si* um mundo próprio, no qual, igualmente, se estabelece a si próprio. A imaginação sensorial, portanto, “filtra”, “forma” e “organiza” os “choques” exteriores. Convém esclarecer que o mundo só é organizado porque é intrinsecamente organizável, ele não é simplesmente caótico³⁸. Porém, as representações não nos vêm somente de excitação externa. Na constituição do ser, há um interior que é fluxo perpétuo e verdadeiramente heracliteano de representações, de afetos, intenções e desejos (indissociáveis). Neste fluxo, as representações surgem espontaneamente, e os afetos, intenções, desejos são criados por essa força formadora constitutiva desse interior, a imaginação. Todo o produto desse fluxo é singular para cada ser humano singular. “Assim, como a imaginação sensorial atua em co-criação com o interior, ela é também singular”³⁹.

Diante do exposto, admitimos que a imaginação radical tanto cria um mundo singular (no aspecto psíquico) como um mundo partilhado com os outros. É porque existe esse “interior” que nós podemos nos distanciar do mundo, como “um algo dado” e que podemos ser atuantes nesse mundo.

Admitir a participação da imaginação, como criadora, nas atividades de construção do conhecimento e da realidade social-histórica exige a reestruturação de diversas compreensões e posturas, requer revisões, desinstituições e reinstituições, o que não raro causa (ou causaria) avarias incontornáveis em teorias gnosiológicas, políticas, estéticas, etc. Castoriadis adverte que: “Se a imaginação transcendental começasse a *imaginar*, o que quer que fosse, o mundo de Kant desabaria em seguida”⁴⁰. Reconhecer a criatividade inerente à atividade imaginativa requer o deslocamento conceitual e procedimental em torno à elaboração do conhecimento humano, que por sua vez implicará em deslocamentos na construção da vida política, científica e existencial inclusive. Castoriadis entende que para Kant a imaginação, estando relacionada (e submetida) ao entendimento, não pode comportar o processo de criação, de mudança, o qual é um dos movimentos constitutivos da imaginação, isto é, ser possibilidade de criação contínua, assim como o ser é contínua possibilidade de criação. Notadamente, a crítica de Castoriadis se mostra muito mais contundente do que a de Verneaux.

³⁸ Cf. *op. cit.*, p. 253-253.

³⁹ Cf. *op. cit.*, p. 253.

⁴⁰ *Op. cit.*, p. 254.

Este modo limitador de abordar a imaginação não é, todavia, exclusividade de Kant, para Castoriadis toda a tradição filosófica ocidental assumiu esta postura e atitude. Segundo ele, é a experiência das sociedades construídas sob a orientação da heteronomia que gerou este tipo de colocação do problema da imaginação na sua radicalidade criadora. Todos os pensadores permaneceram discutindo a imaginação secunda, a reprodutora. Mesmo aqueles que “vislumbraram” a imaginação primeira se desviaram (Aristóteles – o descobridor; Kant – o redescobridor da imaginação; Heidegger – o redescobridor da imaginação de Aristóteles)⁴¹.

A ocupação com a concepção kantiana de imaginação na KRV inquietou-nos e assim nos motivamos a inquirir acerca de sua concepção sobre a atividade imaginativa na época pré-crítica. Castoriadis faz intensa crítica ao posicionamento de Kant quanto à imaginação a partir das diferenças conceituais entre a primeira e a segunda edição da KRV. Perguntamos se poderia manter crítica análoga nos dois artigos que citamos no início de nosso artigo, ambos de 1764, a saber, “*Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*” e “*Ensaio sobre as doenças mentais*”.

Menos entendimento e mais imaginação

Nestes dois opúsculos, Kant desenvolverá uma reflexão filosófica de cunho estético e antropológico, respectivamente, na qual encontramos referências à imaginação. Nossa primeira constatação: estas referências não mantêm relação de identificação com os textos e as abordagens tratadas anteriormente, quer da primeira quer da segunda edição da KRV.

Dezessete anos (1764-1781) separam a aparição destes dois ensaios da publicação da primeira edição da KRV. Convenciona-se chamá-los, então, de escritos pré-críticos, doravante nomeados: BGSE – *Beobachtungen über das Gefühl des Schönen und Erhabenen* – Observações sobre o sentimento do Belo e do Sublime e VKK – *Versuch über die Krankheiten des Kopfes* – Ensaio sobre as Doenças Mentais. Em ambos os ensaios, Kant oferece elementos para compreendermos a sua concepção acerca da imaginação, embora os textos não tenham como objetivo discuti-la. BGSE é um escrito acerca da estética, enquanto

⁴¹ Convém mencionar, todavia, que um número pequeno de filósofos abordou a imaginação a partir de sua potência criadora, os quais não são mencionados por Castoriadis. Mencionamos o alemão Novalis cuja obra (*Hymnen an die Nacht* e *Heinrich von Ofterdingen*) traz compreensões aproximadas desta perspectiva criadora da imaginação e, inegavelmente encontramos na atividade filosófica de Gaston Bachelard uma postura e uma atitude filosóficas extremamente ocupadas com a imaginação criadora. De sua obra sobre o assunto destacamos *La Poétique de la Rêverie* e *La Poétique de l'Espace*.

que VKK é um escrito de cunho antropológico. Procedemos, então, com uma leitura dirigida para a busca da atividade imaginativa, garimpando elementos compreensivos, e deste modo conseguimos localizar alguns momentos dos textos em que Kant mostra sua compreensão quanto à capacidade da imaginação.

O estilo do texto de BGSE é simples (análogo em VKK), com sentenças e parágrafos curtos, diferente do estilo adotado nos textos das Críticas. Provavelmente, este estilo advém do posicionamento do autor frente à pesquisa motivadora para os ensaios, uma vez que Kant está ocupado em indicar e descrever elementos e seus movimentos, não se põe primordialmente como filósofo conforme suas próprias palavras: *“Aqui lanço meu olhar, mais de observador do que de filósofo, apenas sobre alguns pontos que parecem apresentar-se como relevantes nessa área”*⁴². Desse modo, no texto de BGSE, Kant apresentará as instâncias que nos são aprazíveis, que nos proporcionam o prazer. Distinguindo-as em dois tipos: *aquele prazer meramente sensível* e *aquele qualificado como sentimento refinado* (o belo e o sublime).

Desde o início deste ensaio, Kant demarca sua abordagem, afirmando que a discussão tratada ali não mantém vinculação com a faculdade do entendimento; afirmação que vemos convergir com a sua postura filosófica quando trata da imaginação na Crítica do Juízo, na qual a atividade da imaginação será reconhecida como um livre jogo entre a imaginação e a sensibilidade, sem estar sujeita, diretamente, à legislação do entendimento. Dizemos diretamente porque, mesmo onde não está presente a atividade “gestora”, limitadora do entendimento (leis – conceito), somente há construção de conhecimento mediante o concurso da faculdade do entendimento. Não se trata, portanto de negar a participação do entendimento na elaboração do conhecimento humano, antes o objetivo de Castoriadis, de Bachelard e o nosso diz respeito a colocar em destaque o elemento da criação nesta elaboração, o qual se vincula à atividade imaginativa.

À guisa de exemplificação, selecionamos um trecho no qual percebemos o posicionamento a que nos referimos – de afastar-se, de não se vincular á atividade do entendimento durante a discussão:

Fazemos injustiça uns aos outros, quando nos desembaraçamos de alguém que não vê o valor ou beleza daquilo que nos comove ou atrai, alegando que *não o compreende. Casos como este dependem menos do que o entendimento compreende, do que daquilo que o sentimento experimenta.*

⁴² KANT, Emmanuel. *Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime; Ensaio sobre as Doenças Mentais*. Campinas, SP: Papirus, 1993, p. 19.

[grifo nosso] Ao mesmo tempo, as faculdades da alma possuem tal conexão, que frequentemente se torna possível, a partir da manifestação da sensação, concluir acerca dos talentos intelectuais. Pois estes seriam dados em vão a alguém que, tendo muitos méritos intelectuais, não possuísse, concomitantemente, um forte sentimento para o nobre ou belo verdadeiro, que devem ser os móveis na aplicação boa e regular daqueles dons da alma⁴³.

O texto de BGSE não esclarece o que é a imaginação, tampouco oferece detalhamento sobre sua atividade – o seu objetivo não é este. O dado mais importante deste escrito para nossa discussão reside no fato que Kant reconhece a imaginação como partícipe da capacidade do “gosto” que a humanidade possui e desta atividade exclui a participação (direta) do entendimento, colocando em destaque a atividade imaginativa na elaboração do que é sublime (belo e nobre) na existência humana. Mais do que isso, a comunicação das experiências com o sublime entre os seres humanos somente seria possível pela mediação da faculdade da imaginação. Disto resulta que compreender a imaginação e sua atividade sob o crivo de marcos apenas racionais causa problemas de compreensões e sobretudo institui uma relação conflituosa entre as faculdades. Como seria pensar a realidade, a construção do conhecimento e a existência social-histórica a partir de marcos poéticos, admitindo o ponto de partida da imaginação? São questões oportunas quando temos motivações de deslocar referências e propor abordagens e atitudes diferentes.

Se confrontarmos este ensaio com o texto de KVV, verificaremos que a concepção kantiana de imaginação será análoga. Todavia, uma variante incluída neste texto oferece uma importante diferença entre os ensaios: as paixões, cuja atividade é capaz de *interferir* na atividade do entendimento.

Vejamos o que diz Kant acerca disto:

Os impulsos da natureza humana, que se chamam paixões quando atingem graus intensos, são as forças motoras da vontade; ao entendimento cumpre apenas ponderar a inteira soma da satisfação de todas as inclinações a partir dos fins representados, como também descobrir seus meios. Se, porventura, uma paixão é especialmente poderosa, a capacidade do entendimento é de pouca valia contra ela; pois, sem dúvida, o homem seduzido sente muito bem as razões contra sua inclinação predileta, só que se vê impotente para dar-lhes uma voz ativa⁴⁴.

Além das paixões, há as “fraquezas da mente perturbada” que mais do que as paixões atacam a capacidade do homem atuar como “ser cognoscente”. Kant nomeia estas fraquezas

⁴³ *Op. cit.*, p. 42.

⁴⁴ *Op. cit.*, p. 83-84.

em três grupos: i) a corrupção dos conceitos de experiência (desatino); ii) a desordem da faculdade de julgar (delírio); iii) a corrupção da razão, em vista de juízos mais universais (desvario). Estas fraquezas podem somar-se umas às outras, ou ainda, desdobrarem-se em vários modos de ser, e assim, constituírem várias modalidades deste tipo de perturbação.

Também são escassas as referências à compreensão de imaginação em Kant, que podemos extrair do texto KVV. Deste pouco, um primeiro parágrafo que merece menção é o seguinte, no qual Kant afirma:

A alma de cada um dos homens, inclusive no estado mais saudável, ocupa-se em pintar as mais diversas imagens de coisas ausentes, ou também em aprimorar algumas semelhanças imperfeitas na representação de coisas presentes através de um outro traço quimérico que nossa capacidade poética criadora inscreve na sensação⁴⁵.

Vale recordar, que esta passagem é bastante similar, ao que Kant dirá com relação à atividade concernente à imaginação em ambas as edições da KRV, ao afirmar que a imaginação é a capacidade de criar imagens de objetos mesmo estando eles ausentes.

Em outro momento de KVV, que igualmente não define a imaginação, antes soma-lhe mais uma característica (da qual não conseguimos referência similar na KRV), Kant associará a imaginação a uma disfunção, ou melhor, distorção. Senão vejamos:

Também se observam pessoas – que noutros casos revelam razão suficientemente madura – insistirem teimosamente no fato de terem visto, com toda atenção, sabe-se lá que formas fantasmagóricas e aparições grotescas, sendo suficientemente refinadas a ponto de reportar sua experiência imaginária a uma conexão sistemática com certos juízos sutis da razão. Chama-se desatino essa qualidade do perturbado de, ainda que sua doença não assuma um grau suficientemente notório, representar com frequência, na vigília, certas coisas ausentes como claramente sentidas. O desatinado é, portanto, alguém que sonha acordado⁴⁶.

Na mesma página, em seguida, a imaginação é chamada criadora do aparentemente veraz:

Quando, logo após despertar, permanecemos numa indolente e suave dispersão, nossa imaginação, partindo, por exemplo, de figuras irregulares do sobrecéu do leito ou de certas manchas numa parede próxima, desenha formas humanas com uma aparente veracidade, que nos entretêm de uma

⁴⁵ *Op. cit.*, p. 87.

⁴⁶ *Op. cit.*, p. 88.

maneira agradável, podemos dissipar a alucinação no momento que quisermos⁴⁷.

Diante do exposto, compreendemos que neste período de sua produção intelectual Kant considera que a imaginação possui potência criadora, que o entendimento não atua como legislador nesta capacidade, o que torna possível o livre jogo da imaginação. Não obstante, o reconhecimento desta potência, o filósofo vincula a atividade imaginativa a certas produções cujas denominações podem nos remeter a valorações (implícitas), tais como, “alucinação”, “aparições grotescas”, “desatino”. Porém, o que não podemos perder de vista é a capacidade criativa que subsiste nestes processos. Vale lembrar que na KRV, quer como faculdade da intuição quer como faculdade de síntese, a imaginação estará envolvida no processo de conhecimento do mundo, como condição de possibilidade. Outra mudança observada consiste em que a imaginação não será vista como algo criador de “fantasmas” ou de “aparentes verdades”, estando implicada (ainda que submetida) na elaboração do conhecimento.

À guisa de considerações finais

A questão que se coloca agora é: como concluir esta discussão tão e cada vez mais abrangente? Ora, a conclusão sempre é a parte mais problemática. Não seria diferente neste artigo. Parece-nos, inclusive, que a cada texto de Kant que estudamos encontramos o filósofo de Königsberg abordando uma faceta da imaginação e assim admitindo uma das potências da atividade imaginativa. De outra parte, uma das principais dificuldades de concluir esta discussão sobre a imaginação no pensamento kantiano, acompanhando Roger Verneaux, está no fato que Kant não a tratou com muito empenho. Desta forma, quer os comentários de Verneaux, de Castoriadis e os nossos se dão a partir de um pequeno material escrito deixado por Kant em suas Críticas e nos outros escritos. Trabalhamos então, no sentido de indicar uma ou outra diferença de concepções, tentando fazer uma comparação entre a fase pré-crítica e a crítica, enunciado esta ou aquela mudança de concepções, todavia, reconhecendo que estamos distantes de esgotar o problema que motivou a escrita deste artigo.

Porém, fiéis ao nosso ofício profissional de docente, dedicaremos este último parágrafo para elaborar um trecho que resuma as compreensões que alcançamos após os estudos dos textos kantianos, traçando três linhas compreensivas: a primeira nos indica que o

⁴⁷ *Op. cit.*, p. 88.

problema da imaginação não se restringe às questões acerca da construção do conhecimento humano. Sua atividade nos remete ao âmbito da elaboração da experiência estética, da constituição antropológica (a partir de Kant), e também nos ocupamos com as relações existenciais e políticas (Castoriadis e Verneaux). A segunda linha nos indica que Kant reconhece na atividade imaginativa duas potencias, dois movimentos, um de criação e outro de reprodução. Compreendemos que se trata, então, da mesma faculdade com potencias distintas e complementares. Em vez de admitir a dicotomia, melhor considerar a duplicidade. A terceira linha indica para nós que se a imaginação responde pelo desativo e pela alucinação, igualmente, ela responde pela experiência e pela comunicação do que pertence ao âmbito do sublime na existência humana. O belo e o nobre necessitam da atividade imaginativa para serem vivenciados e principalmente para serem comunicados intersubjetivamente. Mediante a confluência destas três linhas é possível admitir que conhecemos, sentimos (estética), instituímos (ética e política) enquanto imaginamos (reproduzindo, mas sobretudo criando).

Referências

CASTORIADIS, C.. **Encruzilhadas do Labirinto V: Feito e a ser feito**. Trad. Lílian do Valle. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

KANT, I. **Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime e Ensaio sobre as Doenças Mentais**. Trad. Vinicius de Figueiredo. Campinas-SP: Papirus, 1993.

_____. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1997.

_____. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1980.

VERNEAUX, Roger. **Le Vocabulaire de Kant: les pouvoirs de l'esprit**. (Col. Philosophie de L'Esprit) Paris: Aubier Montaigne, 1973.